



PARECER PRÉVIO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10978/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sansuray Pereira Xavier (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Yuri Dantas Barroso - OAB/AM 4.237 e Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI 4.550.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 370/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Anori, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2014, Gestão da **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei nº 2.423/96;

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Anori, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial o **prazo de 60 dias para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal**.

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 23 de Julho de 2019.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza,
Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10978/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Anori.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sansuray Pereira Xavier (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Yuri Dantas Barroso - OAB/AM 4.237 e Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI 4.550.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 370/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Anori. Exercício de 2014.

Determinação. Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anori, referente ao exercício de 2014, tendo como responsável a **Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas;
- 10.2. Considerar em Alcance a Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita e Ordenadora de Despesas, no montante de **R\$ 494.326,14** (quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e vinte e seis reais e catorze centavos), nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelos motivos abaixo discriminados, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anori, ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM:
 - 10.2.1. No valor de R\$ 4.111,53** (quatro mil, cento e onze reais e cinquenta e três centavos), pelo superfaturamento detectado pela DICOP, conforme item 49, da fundamentação do Voto;



ACÓRDÃO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.2.2. No valor de **R\$ 145.295,65** (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos), por não demonstrar a boa e regular utilização dos recursos públicos, conforme item 53, da fundamentação do Voto;

10.2.3. No valor de **R\$ 53.268,96** (cinquenta e três mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), cujos serviços realizados não puderam ser identificados durante inspeção *"in loco"* realizada pela CI-DICOP, por ausência total do projeto básico e/ou processos administrativos com tais detalhamentos, item 74, da fundamentação do Voto;

10.2.4. No valor de **R\$ 144.550,00** (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta reais), cujos serviços realizados não puderam ser identificados durante inspeção *"in loco"* realizada pela CI-DICOP, por ausência total do projeto básico e/ou processos administrativos com tais detalhamentos, item 87, da fundamentação do Voto;

10.2.5. No valor de **R\$ 147.100,00** (cento e quarenta e sete mil e cem reais), pela ausência de provas que demonstrem que o serviço foi executado conforme o que se havia previsto, item 92, da fundamentação do Voto;

10.3. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, inciso I, "a" da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por todos os meses em que os demonstrativos contábeis foram entregues com atraso (janeiro a dezembro/2014), perfazendo o montante de **R\$ 20.481,60** (vinte mil, quatrocentos e oitenta e um reais e sessenta centavos), constante no item 29, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, inciso I, "b" da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-



ACÓRDÃO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

TCE/AM por cada bimestre (6º bimestre) em que foi entregue com atraso o Relatório Resumido de Execução Orçamentária, constante no item 30, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.5. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 308, inciso I, "c" da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM por cada semestre (2º semestre) em que foi entregue com atraso o Relatório de Gestão Fiscal, constante no item 31, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.6. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier, Prefeita Municipal e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº. 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 19 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90 e 91, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida



ACÓRDÃO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.7. Aplicar Multa à Sra. Sansuray Pereira Xavier**, Prefeita Municipal e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, III, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 49, 53, 74, 87 e 92, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Anori** que se crie de imediato a Procuradoria Jurídica do Município de Anori, item 34, da fundamentação do Voto;
- 10.9. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para avaliar se os atos aqui indicados, em especial o superfaturamento em obra pública, item 49, da fundamentação do Voto, enquadram-se em um dos tipos previstos na Lei de Improbidade Administrativa, e adotar, se for o caso, as medidas cabíveis;
- 10.10 Determinar** a comunicação à Previdência Social, para que tome as providências cabíveis com relação ao não recolhimento dos saldos das consignações registradas no Demonstrativo da Dívida Flutuante, Anexo 17, item 22, da fundamentação do Voto.



ACÓRDÃO Nº 32/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 32/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 23 de Julho de 2019.
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- **Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral